

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 037/2025

Processo Administrativo nº 075/2025.

Modalidade: Pregão eletrônico nº 020/2025.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS.

Tipo: Menor preço por item.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 30/06/2025 até o dia 11/07/2025, às 08h45min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 11/07/2025, às 09h0min. Referência de tempo: HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF. LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL - endereço: <http://bll.org.br/> “Acesso Identificado”.

O **MUNICÍPIO DE SALTO GRANDE**, ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do Senhor **MARIO LUCIANO ROSA**, seu Prefeito Municipal, no uso de suas competências legais, torna público que se acha aberta, na Divisão de Licitações e Contratos, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Salto Grande, situada na Avenida Rangel Pestana, nº 449, a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA Nº 020/2025**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. (Sistema BLL COMPRAS), com utilização de recursos de tecnologia da informação, objetivando aquisições futuras e parceladas de medicamentos industrializados, que será regida nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 2.487, de 14 de agosto de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas nest Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL, www.bll.org.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de medicamentos industrializados, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a adjudicação dos itens deste edital será dividida em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste instrumento como anexo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam devidamente cadastradas junto à BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL (Sistema BLL COMPRAS) na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

3.1.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br .

3.1.2. Uso do sistema Sistema BLL COMPRAS. O licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento.

3.1.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do Portal acima mencionado.

3.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006

3.5. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Empresas ou indivíduos declarados inidôneos pela Administração Pública federal, estadual, municipal, conforme o artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993.

3.5.5. Empresas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

3.5.6. Empresas ou indivíduos que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.5.7. Empresas ou indivíduos que tenham sido proibidos de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.5.8. Empresas ou indivíduos que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011;

3.5.9. Empresas ou indivíduos que estejam proibidos de participar da licitação ou

de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013);

3.5.10. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de outras sanções impostas, não relacionadas acima.

3.5.11. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato ou Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.12. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.13. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.14. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do Contrato ou Ata de Registro de Preços, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Os impedimentos acima elencados também serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e

do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico (Sistema BLL COMPRAS) disponível no endereço eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos que vão do 42 ao 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1. No item exclusivo (cota reservada) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Caberá à licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e valor total do item, com no máximo quatro casas decimais;

5.1.2. Marca (se aplicável);

5.1.3. Fabricante (se aplicável);

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital (aplicável ao item).

5.2.2. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e seus anexos.

5.2.3. Na Proposta Readequada, a ser encaminhada na forma do subitem 6.17.4 deste Edital, deverá constar, de forma clara e inequívoca, a apresentação e a forma farmacêutica do medicamento, bem como seu fabricante, não se aceitando a oferta de fármacos com especificações diversas da originalmente solicitada no Termo de Referência – Anexo I.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos neste instrumento.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de: R\$ 0,005 (cinco milésimos de real).
- 6.9.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.9.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.9.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.9.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.9.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.9.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.10.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.12.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.13.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.14.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada

somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.17.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, disponibilizando os dados constantes no item 5 deste Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e previsão contida neste instrumento, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros (§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

7.1.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

7.1.5. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta

de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Os documentos obtidos pelas consultas acima serão juntados ao respectivo processo.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será

convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14.1. Sendo solicitada amostra, a proponente classificada, após declarada vencedora e antes da adjudicação do processo licitatório, deverá apresentar amostras físicas dos itens para perfeita identificação e qualificação do objeto. As amostras devem estar identificadas com a razão social e CNPJ da empresa, e devem ser entregues em até 04 (quatro) dias úteis após a solicitação, diretamente ao Departamento Municipal responsável, conforme o endereço especificado, no horário que consta no Anexo I – Termo de Referência.

7.14.2. A análise das amostras considerará o atendimento das dimensões previstas no Termo de Referência, bem como avaliará aspectos como, textura, gramatura, resistência, acabamento, material, devendo atender aos padrões descritos no Anexo I.

7.14.3. Os itens devem ser entregues individualmente embalados em sua embalagens originais ou em sacos plásticos com informações da fornecedora claramente visíveis. Não será permitida a substituição de amostras para análise. A aprovação condicionará a homologação e adjudicação dos itens em que se solicitarem amostra.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16.1 As amostras permanecerão disponíveis para a equipe técnica responsável durante o tempo necessário para avaliação. Observados que após a análise as amostras ficaram disponíveis pelo prazo de até 30 dias para a retirada por parte da proprietária, sendo que após este prazo serão aproveitadas ou descartadas pela administração.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Na fase de habilitação será exigida do licitante vencedor a apresentação dos seguintes documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Para a comprovação de habilitação jurídica deverão ser apresentados, a comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.

8.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

8.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, já contemplando as contribuições sociais (CND-Federal).

8.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede

do licitante, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei (CND-Estadual).

8.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários (CND-Municipal).

8.1.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF-FGTS).

8.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

8.1.2.8. Apresentação de declaração que contemple os seguintes itens:

(a). não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

(b). inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

(c). Não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de Salto Grande e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

(d). Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

(e). Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (Art. 63, § 1º Lei 14.133/2024).

(f). Declaração de que os itens/produtos fornecidos serão recolhidos e substituídos,

sem ônus para a municipalidade, caso sejam interditados pelas autoridades competentes e/ou não estejam de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

8.1.2.9. Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, observado que nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho do licitante;

8.1.4.2. Licença de Funcionamento da sede do proponente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal/Estadual

8.1.4.3. Declaração de que os itens/produtos fornecidos serão recolhidos e substituídos, sem ônus para a municipalidade, caso sejam interditados pelas autoridades competentes e/ou não estejam de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

8.1.4.4. Autorização de Funcionamento - AFE ou Autorização Especial - AE da sede do proponente, expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, nos termos das RDC's nº 16/2014 e 17/2013 – se aplicável; e

8.1.4.5. Documentos que comprovem o Registro do Produto ou a Notificação ou a Isenção de Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União e também obtidos pelo endereço eletrônico www.anvisa.gov.br. O proponente deverá indicar, nos documentos enviados, o item do ponto “1.1. Especificações e Quantidades” do Termo de Referência a que ele se refere e, caso seja cópia do Diário Oficial da União, além da indicação do item, o proponente deverá marcar o local onde está a informação do registro. Se aplicável.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem

no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou autenticado perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.5.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.5.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta.

8.6. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e anexos.

8.7. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.7.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.7.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e

lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste instrumento.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor

convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio eletrônico oficial do município disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada

quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e 52 do Decreto Municipal nº 2487/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o Contrato ou Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <www.pmsaltogrande.sp.gov.br/licitacoes>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou ainda não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Salto Grande, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida,

que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de mensagem eletrônica pelo seguinte meio: <licitacao.saltogrande@gmail.com>

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: <www.pmsaltogrande.sp.gov.br/licitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

14.11.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

14.11.3. ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA; e

14.11.4.4. ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Salto Grande/SP, 30 de junho de 2025.

[Assinado no original]

MÁRIO LUCIANO ROSA

Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO SOLICITANTE

Departamento Municipal de Saúde

1. OBJETO

Registro de preços para aquisição de medicamentos industrializados.

1.1. Especificações e quantidades

O registro de preços possuirá os seguintes medicamentos, a serem adquiridos de forma futura e parcelada, conforme a necessidade das Farmácias do município (Farmácia Municipal “Yara de Camargo Lima Obreli”, da UBS “Cidinha Leite”, e farmácia localizada na USF “Teresa Marcomini”), ou para o cumprimento de mandados judiciais.

Item	Medicamento Industrializado	Unidade	Quantidade	
			Cota Principal	Cota Reserva
1	Aciclovir 200mg – Blisters com 10 comprimidos	Comprimido	3.750	1.250
2	Ácido valproico 250mg	Cápsula	30.000	10.000
3	Ácido Acetilsalicílico 100mg - Blisters com 10 comprimidos	Comprimido	187.500	62.500
4	Ácido fólico 5mg	Comprimido	30.000	10.000
5	Água para injetáveis - 10ml	Ampola	1.500	500
6	Albendazol 400mg comprimidos mastigáveis – Blisters fracionáveis	Comprimido	2.250	750
7	Albendazol 40 mg/ml – 10ml	Frasco	375	125
8	Alogliptina 25mg	Comprimido	45	15
9	Alopurinol 100mg	Comprimido	30.000	10.000
10	Alopurinol 300mg	Comprimido	30.000	10.000
11	Ambroxol, Cloridrato de - xarope 30mg/5mL - frasco 120mL	Frasco	2.250	750
12	Aminofilina 100mg	Comprimido	15.000	5.000
13	Amiodarona, Cloridrato de - 100mg	Comprimido	9.000	3.000
14	Amiodarona, Cloridrato de - 200mg	Comprimido	13.500	4.500
15	Amitriptilina, Cloridrato de - 25mg	Comprimido	112.500	37.500

16	Amoxicilina 500mg - Blisters com 7 ou 12 cápsulas	Cápsula	37.500	12.500
17	Amoxicilina pó para suspensão oral 250mg/5ml - frasco 150mL	Frasco	2.250	750
18	Amoxicilina 250mg/ 5ml + Clavulanato de potássio 62,5/ 5ml – 75ml	Frasco	750	250
19	Amoxicilina 875mg + Clavulanato de Potássio 125mg	Comprimido	1.200	400
20	Anastrozol 1mg	Comprimido	270	90
21	Anlodipino, Besilato de - 5mg	Comprimido	37.500	12.500
22	Anlodipino, Besilato de - 10mg	Comprimido	37.500	12.500
23	Atenolol 100mg	Comprimido	22.500	7.500
24	Azitromicina 500mg - Blisters com 5 comprimidos	Comprimido	22.500	7.500
25	Azitromicina diidratada 250mg/5mL pó para suspensão oral frasco 15mL	Frasco	1.125	375
26	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI	Frasco/ Ampola	225	75
27	Benzoato de benzila 25% emulsão tópica, frasco 100mL	Frasco	150	50
28	Biperideno, Cloridrato de - 2mg	Comprimido	22.500	7.500
29	Bisoprolol, Fumarato de - 1,25mg	Comprimido	15.000	5.000
30	Bisoprolol, Fumarato de - 2,5mg	Comprimido	22.500	7.500
31	Bisoprolol, Fumarato de - 5mg	Comprimido	22.500	7.500
32	Bisoprolol, Fumarato de - 10mg	Comprimido	11.250	3.750
33	Bromoprida 4 mg/ml - 20ml	Frasco	225	75
34	Bromoprida 10mg	Comprimido	60.000	20.000
35	Budesonida, aerossol nasal, 32mcg/dose, frasco 120 doses	Frasco	1.800	600
36	Budesonida, aerossol nasal, 50mcg/dose, frasco 120 doses	Frasco	600	200
37	Bupropiona 150mg	Comprimido	15.000	5.000
38	Carbamazepina 200mg	Comprimido	90.000	30.000
39	Carbamazepina 400mg - Liberação controlada	Comprimido	11.250	3.750
40	Carbamazepina suspensão 20mg/ml - frasco 100mL	Frasco	900	300
41	Carbocisteína xarope 20mg/ml - frasco 100mL	Frasco	375	125
42	Carbocisteína xarope 50mg/ml - frasco 100mL	Frasco	900	300
43	Carbonato de Cálcio 500mg	Comprimido	11.250	3.750

44	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D 400UI	Comprimido	75.000	25.000
45	Carbonato de Lítio 300mg	Comprimido	30.000	10.000
46	Carvedilol 3,125mg	Comprimido	22.500	7.500
47	Carvedilol 6,25mg	Comprimido	26.250	8.750
48	Carvedilol 12,5mg	Comprimido	21.000	7.000
49	Carvedilol 25mg	Comprimido	18.000	6.000
50	Cefalexina 500mg	Cápsula	30.000	10.000
51	Cefalexina pó para suspensão oral 250mg/5mL - frasco 100mL	Frasco	750	250
52	Cetoconazol 200mg	Comprimido	3.750	1.250
53	Cetoprofeno 50mg/ml - solução injetável -2ml	Ampola	3.750	1.250
54	Cetoprofeno 50mg	Cápsula	30.000	10.000
55	Ciclobenzaprina, Cloridrato de - 10mg	Comprimido	52.500	17.500
56	Cilostazol 50mg	Comprimido	37.500	12.500
57	Cilostazol 100mg	Comprimido	67.500	22.500
58	Cimetidina 200mg	Comprimido	67.500	22.500
59	Cinarizina 25mg	Comprimido	37.500	12.500
60	Cinarizina 75mg	Comprimido	37.500	12.500
61	Ciprofloxacino, Cloridrato de - 500mg	Comprimido	15.000	5.000
62	Claritromicina 500mg	Comprimido	2.250	750
63	Clindamicina, Cloridrato de - 300mg	Cápsula	4.500	1.500
64	Clomipramina, Cloridrato de - 25mg	Comprimido	11.250	3.750
65	Clonazepam 2mg	Comprimido	112.500	37.500
66	Clonidina, Cloridrato de - 0,150mg	Comprimido	45.000	15.000
67	Clopidogrel, bissulfato de - 75mg	Comprimido	37.500	12.500
68	Cloreto de sódio 0,9% - frasco 30mL	Frasco	975	325
69	Clorpromazina, Cloridrato de - 25mg	Comprimido	9.750	3.250
70	Clorpromazina, Cloridrato de - 100mg	Comprimido	10.500	3.500
71	Clotrimazol creme dermatológico 10mg/g tubo com 20g	Tubo	900	300
72	Complexo B, Vitaminas do	Comprimido	75.000	25.000
73	Complexo B, Vitaminas do - injetável 2ml - IM/EV	Ampola	2.250	750
74	Dexametasona 1mg/ml suspensão oftálmica estéril - 5ml	Frasco	225	75
75	Dexametasona 4mg	Comprimido	15.000	5.000
76	Dexametasona elixir 0,1mg/ml - frasco 100mL	Frasco	225	75
77	Dexametasona, acetato de - creme 1mg/g - tubo 10g	Tubo	2.250	750

78	Dexametasona, Fosfato Dissódico – 4mg /2,5ml - IM/EV	Ampola	2.250	750
79	Dexclorfeniramina, Maleato de - 2mg	Comprimido	16.500	5.500
80	Dexclorfeniramina, Maleato de - xarope 0,4mg/ml - frasco 120mL	Frasco	1.125	375
81	Diazepam 10mg	Comprimido	60.000	20.000
82	Diclofenaco sódico 50mg	Comprimido	22.500	7.500
83	Digoxina 0,25mg	Comprimido	9.000	3.000
84	Diltiazem, Cloridrato de - 60mg - comprimido simples	Comprimido	11.250	3.750
85	Diltiazem, Cloridrato de - 30mg - comprimido simples	Comprimido	11.250	3.750
86	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	Comprimido	285.000	95.000
87	Dipirona sódica 500mg	Comprimido	120.000	40.000
88	Dipirona sódica solução oral 500mg/mL 10mL	Frasco	4.500	1.500
89	Dipirona 500mg/ml – 2ml Solução injetável – IM/EV	Ampola	2.250	750
90	Domperidona 10mg	Comprimido	75.000	25.000
91	Domperidona 1 mg/ml 100ml	Frasco	300	100
92	Doxazosina, Mesilato de - 2mg	Comprimido	45.000	15.000
93	Doxazosina, Mesilato de - 4mg	Comprimido	52.500	17.500
94	Doxiciclina, Cloridrato de - 100mg	Comprimido	3.750	1.250
95	Dupilumabe 300mg solução injetável - 2ml	Seringa	9	3
96	Empagliflozina 10mg	Comprimido	338	112
97	Empagliflozina 25mg	Comprimido	450	150
98	Escopolamina, Butilbrometo de - 10mg	Comprimido	22.500	7.500
99	Escopolamina, Butilbrometo de - 10mg/ml - 20ml	Frasco	600	200
100	Espironolactona 25mg	Comprimido	22.500	7.500
101	Espironolactona 50mg	Comprimido	11.250	3.750
102	Espironolactona 100mg	Comprimido	4.500	1.500
103	Estrógenos conjugados 0,625mg	Comprimido	5.250	1.750
104	Fenitoina 100mg	Comprimido	30.000	10.000
105	Fenobarbital 100mg	Comprimido	37.500	12.500
106	Fenobarbital solução oral 40 mg/mL - frasco 20mL	Frasco	150	50
107	Finasterida 5mg	Comprimido	26.250	8.750
108	Fluconazol 150mg - Blisters com 1 ou 2 cápsulas	Cápsula	3.750	1.250
109	Fluoxetina, Cloridrato de - 20mg	Cápsula	90.000	30.000
110	Furosemida 40mg	Comprimido	22.500	7.500

111	Gentamicina 80mg - injetável - IM/EV	Ampola	450	150
112	Glargina 100 ui/ml + Lixisenatida 33 mcg/ml - 3ml	Caneta	9	3
113	Glicazida 30mg - comprimidos de liberação controlada	Comprimido	90.000	30.000
114	Glicazida 60mg - comprimidos de liberação controlada	Comprimido	135.000	45.000
115	Haloperidol 1mg	Comprimido	15.000	5.000
116	Haloperidol 5mg	Comprimido	21.000	7.000
117	Haloperidol, Decanoato de - 50mg/mL solução injetável - ampola 1mL	Ampola	188	62
118	Hidralazina 25mg	Drágea	12.000	4.000
119	Hidralazina 50mg	Drágea	15.000	5.000
120	Hidróxido de Alumínio 6% - suspensão oral - frasco 100mL	Frasco	750	250
121	Ibuprofeno 600mg	Comprimido	37.500	12.500
122	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/ml gotas frasco 30mL	Frasco	1.125	375
123	Imipramina, Cloridrato de - 25mg	Comprimido	9.000	3.000
124	Insulina Humana NPH 100 UI/ml - 10 ml - frasco	Frasco	2.250	750
125	Insulina Humana Regular 100 UI/ml - 10ml - frasco	Frasco	750	250
126	Insulina ultra-rápida asparte – 10ml	Frasco	8	2
127	Insulina ultra-rápida fiasp – 10ml	Frasco	8	2
128	Insulina ultra-rápida lispro – 10ml	Frasco	8	2
129	Isoflavona 150mg	Cápsula	18.750	6.250
130	Isossorbida, Mononitrato de - 20mg	Comprimido	9.000	3.000
131	Isossorbida, Mononitrato de - 40mg	Comprimido	9.000	3.000
132	Ivermectina 6 mg	Comprimido	7.500	2.500
133	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	Comprimido	18.000	6.000
134	Levofloxacino 750mg	Comprimido	2.250	750
135	Levomepromazina, Cloridrato de - 40mg/ml - 20ml	Frasco	150	50
136	Levomepromazina, Maleato de - 25mg	Comprimido	15.000	5.000
137	Levomepromazina, Maleato de - 100mg	Comprimido	11.250	3.750
138	Levotiroxina sódica 25mcg – Blisters com 15 comprimidos	Comprimido	90.000	30.000
139	Levotiroxina sódica 50mcg - Blisters com 15 comprimidos	Comprimido	90.000	30.000
140	Levotiroxina sódica 100mcg - Blisters com 15 comprimidos	Comprimido	45.000	15.000

141	Lidocaína, Cloridrato de - 20 mg/g - geleia - 30g	Tubo	75	25
142	Linagliptina 5mg	Comprimido	338	112
143	Liraglutida 6 mg/ml - sistema de aplicação descartável -3 ml	Caneta	9	3
144	Loratadina 10mg	Comprimido	37.500	12.500
145	Loratadina xarope 1 mg/ml – frasco 100mL	Frasco	1.200	400
146	Losartana potássica 100mg	Comprimido	45.000	15.000
147	Metildopa 250mg	Comprimido	21.000	7.000
148	Metoclopramida, Cloridrato de - 10mg	Comprimido	24.000	8.000
149	Metoclopramida, Cloridrato de - 4 mg/ml - gotas frasco 10mL	Frasco	225	75
150	Metoprolol, Succinato de - 25mg	Comprimido	22.500	7.500
151	Metoprolol, Succinato de - 50mg	Comprimido	22.500	7.500
152	Metoprolol, Succinato de- 100mg	Comprimido	15.000	5.000
153	Metronidazol 250mg	Comprimido	7.500	2.500
154	Metronidazol 100mg/g - geleia vaginal - 50g	Tubo	150	50
155	Metronidazol 40 mg/ml - suspensão oral - frasco 120mL	Frasco	75	25
156	Mirtazapina 15mg - comprimido orodispersível	Comprimido	2.250	750
157	Mirtazapina 30mg - comprimido orodispersível	Comprimido	2.250	750
158	Multivitaminas e Sais Minerais - Blisters com 20 ou 30 comprimidos	Comprimido	97.500	32.500
159	Neomicina, Sulfato de 5 mg/g + Bacitracina zíncica 250 UI/g - tubo 15g	Tubo	1.500	500
160	Nifedipino 20mg	Comprimido	30.000	10.000
161	Nimesulida 100mg	Comprimido	45.000	15.000
162	Nimodipino 30mg	Comprimido	7.500	2.500
163	Nistatina creme vaginal 100.000UI/4g - tubo 60g	Tubo	1.500	500
164	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml - frasco 50mL	Frasco	225	75
165	Nitrofurantoína 100mg	Cápsula	30.000	10.000
166	Norfloxacino 400mg	Comprimido	7.500	2.500
167	Óleo rico em canabidiol full spectrum 50 mg/ml - 30ml	Frasco	8	2
168	Omeprazol 20mg	Cápsula	187.500	62.500
169	Óxido de Zinco + Vitaminas A e D - pomada dermatológica - tubo 45g	Tubo	2.250	750

170	Paracetamol 200mg/mL solução oral gotas 15mL	Frasco	900	300
171	Paracetamol 500mg	Comprimido	60.000	20.000
172	Pentoxifilina 400mg	Comprimido	18.000	6.000
173	Permanganato de Potássio 100mg	Comprimido	1.500	500
174	Permetrina 10mg/ml loção 60ml	Frasco	900	300
175	Pioglitazona 45mg	Comprimido	1.500	500
176	Pioglitazona 30mg	Comprimido	1.500	500
177	Piroxicam 20mg	Cápsula	22.500	7.500
178	Prednisolona, Fosfato sódico de - solução oral 3mg/mL - frasco 100mL	Frasco	900	300
179	Prednisona 20mg - Blisters com 10 comprimidos	Comprimido	37.500	12.500
180	Prednisona 5mg - Blisters com 10 comprimidos	Comprimido	22.500	7.500
181	Pregabalina 75mg	Cápsula	37.500	12.500
182	Progesterona natural Micronizada 200mg - Via oral e vaginal	Cápsula	2.625	875
183	Prometazina, Cloridrato de - 25mg	Comprimido	22.500	7.500
184	Propafenona, Cloridrato de - 300mg	Comprimido	7.500	2.500
185	Sertralina, Cloridrato de - 50mg	Comprimido	90.000	30.000
186	Simeticona gotas 75mg/mL - frasco 15mL	Frasco	1.500	500
187	Solução otológica- 10mL - Fluocinolona acetona 0,250mg + Sulfato de polimixina B 10.000UI + Neomicina base (como sulfato) 3,50mg + Cloridrato de lidocaína 20,00mg	Frasco	113	37
188	Sulfadiazina de prata 1% creme, tubo 30g	Tubo	225	75
189	Sulfametoxazol 200mg/5ml + Trimetoprima 40mg/5mL - suspensão oral - frasco 100mL	Frasco	75	25
190	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	Comprimido	7.500	2.500
191	Sulfato ferroso 25mg Fe/ml - frasco 30mL	Frasco	375	125
192	Sulfato Ferroso 40mg	Comprimido	52.500	17.500
193	Sulpirida 50mg	Cápsula	11.250	3.750
194	Tiamazol 5mg	Comprimido	3.750	1.250
195	Tiamazol 10mg	Comprimido	11.250	3.750
196	Tiamina, Cloridrato de - 300mg	Comprimido	30.000	10.000
197	Tobramicina 3 mg/ml - Colírio - 5ml	Frasco	150	50
198	Tramadol, Cloridrato de - 50mg	Cápsula	37.500	12.500
199	Valproato de sódio - 50mg/ml - frasco 100mL	Frasco	450	150
200	Vedolizumabe 300mg	Frasco	5	1
201	Varfarina sódica 5mg	Comprimido	11.250	3.750

202	Venlafaxina, cloridrato de - 75mg - cápsula de liberação prolongada	Cápsula	45.000	15.000
203	Vitamina A e D - Retinol, Acetato de- 50000UI/ml + Colecalciferol- 10000UI/ml solução oral gotas - 10ml	Frasco	750	250
204	Vitamina D- Colecalciferol 10.000UI	Comprimido/ cápsula	750	250

1.2. Da natureza do objeto

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado. Não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.487, de 14 de agosto de 2023.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

“O direito à saúde é um direito social previsto na Constituição Federal – CF – de 1988 como um direito de todos e dever do Estado (art. 5º, 6º e 196 da CF)”. Sua garantia deve ser feita por meio de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da CF).

A Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) inclui, no campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive, farmacêutica, bem como a formulação da política de medicamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e participação na sua produção (art. 6º, incisos I, alínea “d”, e VII).”

Essa justificativa, que consta na página nº 07 da publicação “Orientações para aquisições públicas de medicamentos”, produzida pelo Tribunal de Contas da União, demonstra a importância em se abrir um processo de registro de preços para aquisição de medicamentos para atender a rede pública de saúde do município, bem como para satisfação de eventuais mandados judiciais.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

- (x) Sim
() Não

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):



(x) Sim, será adotado, pois quando o valor referencial do objeto da licitação for superior a R\$ 80.000,00 e cujos bens sejam de natureza divisível, será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Art. 48, III da LC 123/2006.

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- () Vistoria obrigatória
() Vistoria facultativa
(x) Não será exigida vistoria.

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

- (x) Sim
() Não

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

- (x) Sim
() Não

3.6. Será admitida a subcontratação?

- () Sim
(x) Não

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

- () Sim
(x) Não

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

- () Sim
(x) Não

4.2. Será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

- () Sim
(x) Não

4.3. Será exigida prova de conceito?

() Sim

(x) Não

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

() Sim

(x) Não

4.5. Será exigida garantia de proposta?

() Sim

(x) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

(a). Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

(b). Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

(c). Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

(d). Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(e). Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

(f). Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

(g). Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

(h). Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

(a). Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

(b). Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

(c). Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

(d). Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

(e). Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;

(f). Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

(g). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

Observação: A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória a apresentação durante a fase de habilitação dos documentos exigidos neste subitem, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste Município, para a regularização da documentação, com emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se

à convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(a). Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(a). Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante.

Observação: Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. Este disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

O(s) Atestado(s) ou certidão(ões) poderão ser objeto de diligência, a critério deste Município, para verificação de autenticidade de seu conteúdo, podendo a critério da administração serem requisitadas informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como, dentre outros documentos, cópia do contrato que tenha dado suporte à contratação e Notas Fiscais.

(b). Licença de Funcionamento da sede do proponente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária Municipal/Estadual;

(c). Declaração de que os itens/produtos fornecidos serão recolhidos e substituídos, sem ônus para a municipalidade, caso sejam interditados pelas autoridades competentes e/ou não estejam de acordo com os padrões de qualidade exigidos.

(d). Autorização de Funcionamento - AFE ou Autorização Especial - AE da sede do proponente, expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, nos termos das RDC's nº 16/2014 e 17/2013 (quando aplicável);

(e). Documentos que comprovem o Registro do Produto ou a Notificação ou a Isenção de Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União e também obtidos pelo endereço eletrônico www.anvisa.gov.br. O proponente deverá indicar nos documentos enviados, o item do ponto “1.1. Especificações e Quantidades” deste Termo de Referência a que ele se refere e, caso seja cópia do Diário Oficial da União, além da indicação do item, o proponente deverá marcar o local onde está a informação do registro (quando aplicável);

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO



6.1. Prazo de entrega

O prazo de entrega dos medicamentos será de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do envio do Pedido/ Nota de Empenho para o endereço eletrônico da empresa, independente de confirmação de recebimento, não havendo quantitativo mínimo para entrega.

6.2. Local, horário e endereço de entrega/execução.

As quantidades serão estipuladas pelo Departamento Municipal de Saúde, sendo que o local de entrega será a Unidade Básica de Saúde “Cidinha Leite”, situada na Avenida Deputado Federal Antonio Sylvio Cunha, nº 999, CEP: 19920-224. O horário será das 08h às 16h, de segunda a sexta-feira.

6.3. Bens perecíveis

- () Não
(x) Sim
() Inaplicável

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21.

- (x) Não
() Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

Dada a natureza dos serviços, não será exigida garantia dos produtos.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 DA CONTRATADA

Obriga-se a empresa vencedora a:

- a)** Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitadas ao quantitativo de cada item;
- b)** Ao fornecimento do objeto de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c)** Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d)** Reparar, corrigir ou remover, a suas expensas, no todo ou em parte, os bens em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

- e)** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos medicamentos;
- f)** Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
- g)** Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta (quando aplicável);
- h)** Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i)** A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j)** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto contratado;
- k)** Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l)** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- m)** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- n)** Efetuar a entrega dos medicamentos, em perfeitas condições, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados após o envio do pedido ou nota de empenho no endereço eletrônico da empresa, independentemente de avisos de recebimento para tal, com o local sendo o indicado pelo departamento solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- o)** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado da solicitação da Administração Municipal, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções;
- p)** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal e seus órgãos;

- q)** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- r)** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- s)** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- t)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; e
- u)** Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento, dos materiais.

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA ENTREGA

- I.** Os medicamentos deverão ter no mínimo de 70% de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento Municipal de Saúde;
- II.** As embalagens devem conter as respectivas bulas e demais exigências legais previstas para o cartucho e rotulagem, e, o texto de acordo com orientações do Ministério da Saúde e Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);
- III.** No caso de medicamento sujeito a controle especial, as embalagens, os rótulos e bula devem atender à Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 e demais normativos do Ministério da Saúde;
- IV.** As embalagens externas e internas deverão estar lacradas e conter o nome do medicamento, lote, data de fabricação e prazo de validade descrita em seu interior, em local de fácil visualização e demais especificações estabelecidas na RDC nº 71, de 22/12/2009.
- V.** No caso de produtos acondicionados em bisnagas, estas deverão apresentar lacre de bico de dispensação e tampa com dispositivo para seu rompimento. No caso de produtos acondicionados em frascos, estes deverão conter lacre de tampa. Todos os produtos acondicionados em bisnagas deverão estar acompanhados de aplicadores, quando for o caso;
- VI.** Os aplicadores que acompanham os cremes, pomadas ou geleias ginecológicas devem estar protegidos por material adequado e convenientemente selado;
- VII.** Os medicamentos / produtos injetáveis devem vir acompanhados de seus respectivos diluentes, filtros equipos para aplicação, transferência ou infusão quando for o caso;

VIII. Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;

IX. Sendo necessárias providências por parte do Fornecedor, os prazos para pagamento serão suspensos e considerados os fornecimentos em atrasos, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na lei, nesta Ata e no ato convocatório;

X. O fornecedor será responsável pela entrega e pelo descarregamento dos medicamentos adquiridos pelo Departamento Municipal de Saúde nos locais de entrega indicados na Autorização de Fornecimento/ Nota de Empenho.

DO TRANSPORTE

A. O acondicionamento e transporte dos medicamentos/produtos devem ser feitos dentro do preconizado para estes produtos e devidamente protegido do pó e variações de temperatura e demais especificações estabelecidas na Portaria do Ministério da Saúde nº 802 de 08/10/1998 e RDC nº 16, de 01/04/2014.

B. No caso de produtos termo lábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto.

C. Nesses produtos, devem-se utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte;

DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

(a). Não será admitida a entrega de produtos pela Contratada sem que esta esteja de posse da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro instrumento similar respectivo e devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura).

(b). Os produtos fornecidos devem corresponder às especificações e quantitativos constantes da Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento similar;

(c). De posse dos documentos que devem acompanhar os medicamentos/produtos, objeto da licitação, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável, mediante termo circunstanciado, para posterior verificação de especificações, da qualidade, da quantidade, dos prazos, dos preços e de outros dados pertinentes;

(d). Quando do recebimento, o servidor da Administração ou comissão responsável, verificará se foram atendidas todas as exigências legais pertinentes e toda a observação específica no Edital e anexos;

(e). Aprovando os medicamentos/produtos recebidos, após as verificações necessárias, o servidor ou comissão responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados

de sua efetiva entrega, receberá os medicamentos/produtos em caráter definitivo, mediante recibo, o qual ratificará o termo circunstanciado de recebimento provisório, podendo, entretanto, retificá-lo nos itens necessários;

(f). Encontrando irregularidades no recebimento do objeto, o servidor ou comissão responsável fixará ao Fornecedor o prazo de 10 (dez) dias corridos para promover as correções necessárias, sob pena de serem os medicamentos/ produtos rejeitados e devolvidos, no estado em que se encontrarem; e

(g). Na hipótese de irregularidades em relação aos medicamentos/produtos fornecidos, a Administração somente os receberá em caráter definitivo, mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelo Fornecedor e após a reavaliação realizada pela Administração, por intermédio quer do servidor encarregado, quer da comissão responsável.

7.2. DA CONTRATANTE

Obriga-se a Contratante/ Órgão Gerenciador a:

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas e contratuais quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar ao fornecedor informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Notificar o Fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos medicamentos /material/objeto licitados;

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a. O Órgão Gerenciador é obrigado a acompanhar, fiscalizar e conferir o fornecimento do objeto do certame através de um Fiscal a ser designado por intermédio de portaria, o qual deverá anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar por escrito à autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Detentora da Ata;



- b. A fiscalização será exercida no interesse do Município de Salto Grande/SP e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante detentora da ata, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos;
- c. Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento da Ata de Registro de Preços e contratos decorrentes;
- d. Caberá, ainda, ao fiscal da Ata e contratos decorrentes as seguintes atribuições:
 - I. Conferência dos serviços executados;
 - II. Registrar, no ato do recebimento dos produtos, eventuais ocorrências existentes;
 - III. Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações;
 - IV. Aplicar as penalidades previstas em Edital e no presente instrumento, na hipótese da Detentora não cumprir com a Ata de Registro de Preços ou contrato decorrente, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à Contratante;
- e. A fiscalização deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- Somente por assinatura da Ata de Registro de Preços;
- Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica;
- Autorização de Fornecimento;

8.2. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ata, renovável por igual período e mesmo quantitativo inicialmente previsto, desde que comprovado o preço vantajoso, nos moldes da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.487/2023.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Matheus Henrique Lobo de Oliveira

Cargo: Diretor do Departamento Municipal de Saúde

E-mail: saude@saltogrande.sp.gov.br

Fiscal:

Nome: Lygia Maria Plixo de Oliveira

Cargo: Farmacêutica

E-mail: farmacia.ubs.sg@gmail.com

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1 Prazos

(a). Prazo de recebimento definitivo do objeto: 05 (cinco) dias úteis após o termino do evento para qual fora realizado a contratação dos serviços.

(b). Prazo de liquidação do documento fiscal: 10 (dez) dias, a contar da apresentação;

Observação: Quando for constatada qualquer irregularidade no documento fiscal, será imediatamente solicitada à CONTRATADA carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o município no prazo de 2 (dois) dias úteis. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

(c). Prazo de pagamento: 30 (trinta dias) após a liquidação do documento fiscal.

10. DO VALOR ESTIMADO

A presente contratação está estimada em R\$ 3.968.353,87 (três milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos). A estimativa dos valores unitários referenciais foi calculada conforme estabelecido no inciso III do §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021 do art. 23 da Lei 14.133/2021, mediante consulta ao Banco de Preços em Saúde – BPS e à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, com auxílio do inciso II do §1º do artigo supracitado, com consulta também à plataforma BLL (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil). São os valores unitários dos medicamentos:

Item	Medicamento	Unid.	Qtd. Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Aciclovir 200mg – Blisters com 10 comprimidos	CP	5.000	0,22	1.100,00
2	Ácido valproico 250mg	CÁP	40.000	0,24	9.600,00
3	Ácido Acetilsalicílico 100mg - Blisters com 10 comprimidos	CP	250.000	0,38	95.000,00
4	Ácido fólico 5mg	CP	40.000	0,04	1.600,00
5	Água para injetáveis - 10ml	AMP	2.000	0,36	720,00
6	Albendazol 400mg comprimidos mastigáveis – Blisters fracionáveis	CP	3.000	0,45	1.350,00
7	Albendazol 40 mg/ml – 10ml	FR	500	1,30	650,00
8	Alogliptina 25mg	CP	60	3,57	214,20

9	Alopurinol 100mg	CP	40.000	0,26	10.400,00
10	Alopurinol 300mg	CP	40.000	0,23	9.200,00
11	Ambroxol, Cloridrato de - xarope 30mg/5mL - frasco 120mL	FR	3.000	2,91	8.730,00
12	Aminofilina 100mg	CP	20.000	0,07	1.400,00
13	Amiodarona, Cloridrato de - 100mg	CP	12.000	0,686	8.232,00
14	Amiodarona, Cloridrato de - 200mg	CP	18.000	0,37	6.660,00
15	Amitriptilina, Cloridrato de - 25mg	CP	150.000	0,04	6.000,00
16	Amoxicilina 500mg - Blisters com 7 ou 12 cápsulas	CÁP	50.000	1,31	65.500,00
17	Amoxicilina pó para suspensão oral 250mg/5ml - frasco 150mL	FR	3.000	6,09	18.270,00
18	Amoxicilina 250mg/ 5ml + Clavulanato de potássio 62,5/ 5ml – 75ml	FR	1.000	13,50	13.500,00
19	Amoxicilina 875mg + Clavulanato de Potássio 125mg	CP	1.600	8,301	13.281,60
20	Anastrozol 1mg	CP	360	33,0053	11.881,91
21	Anlodipino, Besilato de - 5mg	CP	50.000	0,04	2.000,00
22	Anlodipino, Besilato de - 10mg	CP	50.000	0,5302	26.510,00
23	Atenolol 100mg	CP	30.000	0,8653	25.959,00
24	Azitromicina 500mg - Blisters com 5 comprimidos	CP	30.000	0,77	23.100,00
25	Azitromicina diidratada 250mg/5mL pó para suspensão oral frasco 15mL	FR	1.500	6,10	9.150,00
26	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI	FR/ AMP	300	6,72	2.016,00
27	Benzoato de benzila 25% emulsão tópica, frasco 100mL	FR	200	15,39	3.078,00
28	Biperideno, Cloridrato de - 2mg	CP	30.000	0,26	7.800,00
29	Bisoprolol, Fumarato de - 1,25mg	CP	20.000	1,5266	30.532,00
30	Bisoprolol, Fumarato de - 2,5mg	CP	30.000	0,23	6.900,00
31	Bisoprolol, Fumarato de - 5mg	CP	30.000	0,24	7.200,00
32	Bisoprolol, Fumarato de - 10mg	CP	15.000	0,37	5.550,00
33	Bromoprida 4 mg/ml - 20ml	FR	300	1,94	582,00
34	Bromoprida 10mg	CP	80.000	0,20	16.000,00
35	Budesonida, aerossol nasal, 32mcg/dose, frasco 120 doses	FR	2.400	29,34	70.416,00
36	Budesonida, aerossol nasal, 50mcg/dose, frasco 120 doses	FR	800	15,79	12.632,00
37	Bupropiona 150mg	CP	20.000	0,29	5.800,00
38	Carbamazepina 200mg	CP	120.000	0,16	19.200,00
39	Carbamazepina 400mg - Liberação controlada	CP	15.000	3,745	56.175,00
40	Carbamazepina suspensão 20mg/ml - frasco 100mL	FR	1.200	6,79	8.148,00
41	Carbocisteína xarope 20mg/ml - frasco 100mL	FR	500	3,84	1.920,00
42	Carbocisteína xarope 50mg/ml - frasco 100mL	FR	1.200	25,86	31.032,00

43	Carbonato de Cálcio 500mg	CP	15.000	1,036	15.540,00
44	Carbonato de Cálcio 500mg + Vitamina D 400UI	CP	100.000	1,7052	170.520,00
45	Carbonato de lítio 300mg	CP	40.000	0,18	7.200,00
46	Carvedilol 3,125mg	CP	30.000	0,07	2.100,00
47	Carvedilol 6,25mg	CP	35.000	0,07	2.450,00
48	Carvedilol 12,5mg	CP	28.000	0,07	1.960,00
49	Carvedilol 25mg	CP	24.000	0,11	2.640,00
50	Cefalexina 500mg	CÁP	40.000	0,50	20.000,00
51	Cefalexina pó para suspensão oral 250mg/5mL - frasco 100mL	FR	1.000	18,00	18.000,00
52	Cetoconazol 200mg	CP	5.000	0,27	1.350,00
53	Cetoprofeno 50mg/ml - solução injetável -2ml	AMP	5.000	1,41	7.050,00
54	Cetoprofeno 50mg	CÁP	40.000	1,6195	64.780,00
55	Ciclobenzaprina, Cloridrato de - 10mg	CP	70.000	1,073	75.110,00
56	Cilostazol 50mg	CP	50.000	0,23	11.500,00
57	Cilostazol 100mg	CP	90.000	0,39	35.100,00
58	Cimetidina 200mg	CP	90.000	0,36	32.400,00
59	Cinarizina 25mg	CP	50.000	0,4606	23.030,00
60	Cinarizina 75mg	CP	50.000	0,44	22.000,00
61	Ciprofloxacino, Cloridrato de - 500mg	CP	20.000	0,17	3.400,00
62	Claritromicina 500mg	CP	3.000	2,12	6.360,00
63	Clindamicina, Cloridrato de - 300mg	CÁP	6.000	1,06	6.360,00
64	Clomipramina, Cloridrato de - 25mg	CP	15.000	0,99	14.850,00
65	Clonazepam 2mg	CP	150.000	0,11	16.500,00
66	Clonidina, Cloridrato de - 0,150mg	CP	60.000	0,49	29.400,00
67	Clopidogrel, bissulfato de - 75mg	CP	50.000	0,27	13.500,00
68	Cloreto de sódio 0,9% - frasco 30mL	FR	1.300	1,4767	1.919,71
69	Clorpromazina, Cloridrato de - 25mg	CP	13.000	0,28	3.640,00
70	Clorpromazina, Cloridrato de - 100mg	CP	14.000	0,27	3.780,00
71	Clotrimazol creme dermatológico 10mg/g tubo com 20g	TB	1.200	14,14	16.968,00
72	Complexo B, Vitaminas do	CP	100.000	0,04	4.000,00
73	Complexo B, Vitaminas do - injetável 2ml - IM/EV	AMP	3.000	1,05	3.150,00
74	Dexametasona 1mg/ml suspensão oftálmica estéril - 5ml	FR	300	8,78	2.634,00
75	Dexametasona 4mg	CP	20.000	0,15	3.000,00
76	Dexametasona elixir 0,1mg/ml - frasco 100mL	FR	300	17,21	5.163,00
77	Dexametasona, acetato de - creme 1mg/g - tubo 10g	TB	3.000	1,49	4.470,00
78	Dexametasona, Fosfato Dissódico - 4mg /2,5ml - IM/EV	AMP	3.000	1,00	3.000,00
79	Dexclorfeniramina, Maleato de - 2mg	CP	22.000	0,04	880,00
80	Dexclorfeniramina, Maleato de - xarope 0,4mg/ml - frasco 120mL	FR	1.500	1,73	2.595,00

81	Diazepam 10mg	CP	80.000	0,04	3.200,00
82	Diclofenaco sódico 50mg	CP	30.000	0,04	1.200,00
83	Digoxina 0,25mg	CP	12.000	0,16	1.920,00
84	Diltiazem, Cloridrato de - 60mg - comprimido simples	CP	15.000	0,9844	14.766,00
85	Diltiazem, Cloridrato de - 30mg - comprimido simples	CP	15.000	0,5258	7.887,00
86	Diosmina 450mg + Hesperidina 50mg	CP	380.000	0,66	250.800,00
87	Dipirona sódica 500mg	CP	160.000	0,12	19.200,00
88	Dipirona sódica solução oral 500mg/mL 10mL	FR	6.000	1,20	7.200,00
89	Dipirona 500mg/ml – 2ml Solução injetável – IM/EV	AMP	3.000	0,82	2.460,00
90	Domperidona 10mg	CP	100.000	0,10	10.000,00
91	Domperidona 1 mg/ml 100ml	FR	400	9,97	3.988,00
92	Doxazosina, Mesilato de - 2mg	CP	60.000	0,07	4.200,00
93	Doxazosina, Mesilato de - 4mg	CP	70.000	1,668	116.760,00
94	Doxiciclina, Cloridrato de - 100mg	CP	5.000	0,83	4.150,00
95	Dupilumabe 300mg solução injetável - 2ml	SRG	12	3.865,35	46.384,20
96	Empagliflozina 10mg	CP	450	7,00	3.150,00
97	Empagliflozina 25mg	CP	600	7,99	4.794,00
98	Escopolamina, Butilbrometo de - 10mg	CP	30.000	0,26	7.800,00
99	Escopolamina, Butilbrometo de - 10mg/ml - 20ml	FR	800	6,14	4.912,00
100	Espironolactona 25mg	CP	30.000	0,16	4.800,00
101	Espironolactona 50mg	CP	15.000	1,5456	23.184,00
102	Espironolactona 100mg	CP	6.000	1,7123	10.273,80
103	Estrógenos conjugados 0,625mg	CP	7.000	1,05	7.350,00
104	Fenitoina 100mg	CP	40.000	0,38	15.200,00
105	Fenobarbital 100mg	CP	50.000	0,16	8.000,00
106	Fenobarbital solução oral 40 mg/mL - frasco 20mL	FR	200	6,35	1.270,00
107	Finasterida 5mg	CP	35.000	0,23	8.050,00
108	Fluconazol 150mg - Blisters com 1 ou 2 cápsulas	CÁP	5.000	0,52	2.600,00
109	Fluoxetina, Cloridrato de - 20mg	CÁP	120.000	0,08	9.600,00
110	Furosemida 40mg	CP	30.000	0,06	1.800,00
111	Gentamicina 80mg - injetável - IM/EV	AMP	600	8,1365	4.881,90
112	Glargina 100 ui/ml + Lixisenatida 33 mcg/ml - 3ml	CN	12	242,08	2.904,96
113	Glicazida 30mg - comprimidos de liberação controlada	CP	120.000	0,26	31.200,00
114	Glicazida 60mg - comprimidos de liberação controlada	CP	180.000	0,94	169.200,00
115	Haloperidol 1mg	CP	20.000	0,18	3.600,00
116	Haloperidol 5mg	CP	28.000	0,09	2.520,00

117	Haloperidol, Decanoato de - 50mg/mL solução injetável - ampola 1mL	AMP	250	5,43	1.357,50
118	Hidralazina 25mg	DG	16.000	0,37	5.920,00
119	Hidralazina 50mg	DG	20.000	0,49	9.800,00
120	Hidróxido de Alumínio 6% - suspensão oral - frasco 100mL	FR	1.000	2,37	2.370,00
121	Ibuprofeno 600mg	CP	50.000	0,14	7.000,00
122	Ibuprofeno suspensão oral 50mg/ml gotas frasco 30mL	FR	1.500	2,43	3.645,00
123	Imipramina, Cloridrato de - 25mg	CP	12.000	0,45	5.400,00
124	Insulina Humana NPH 100 UI/ml - 10 ml - frasco	FR	3.000	36,00	108.000,00
125	Insulina Humana Regular 100 UI/ml - 10ml - frasco	FR	1.000	36,00	36.000,00
126	Insulina ultra-rápida asparte – 10ml	FR	10	175,64	1.756,40
127	Insulina ultra-rápida fiasp – 10ml	FR	10	216,23	2.162,30
128	Insulina ultra-rápida lispro – 10ml	FR	10	49,52	495,20
129	Isoflavona 150mg	CÁP	25.000	2,6506	66.265,00
130	Isossorbida, Mononitrato de - 20mg	CP	12.000	0,17	2.040,00
131	Isossorbida, Mononitrato de - 40mg	CP	12.000	0,942	11.304,00
132	Ivermectina 6 mg	CP	10.000	0,22	2.200,00
133	Levodopa 200mg + Benserazida 50mg	CP	24.000	2,03	48.720,00
134	Levofloxacino 750mg	CP	3.000	16,5542	49.662,60
135	Levomepromazina, Cloridrato de - 40mg/ml - 20ml	FR	200	10,99	2.198,00
136	Levomepromazina, Maleato de - 25mg	CP	20.000	0,46	9.200,00
137	Levomepromazina, Maleato de - 100mg	CP	15.000	0,55	8.250,00
138	Levotiroxina sódica 25mcg – Blisters com 15 comprimidos	CP	120.000	0,23	27.600,00
139	Levotiroxina sódica 50mcg - Blisters com 15 comprimidos	CP	120.000	0,19	22.800,00
140	Levotiroxina sódica 100mcg - Blisters com 15 comprimidos	CP	60.000	0,22	13.200,00
141	Lidocaína, Cloridrato de - 20 mg/g - geleia - 30g	TB	100	6,97	697,00
142	Linagliptina 5mg	CP	450	3,76	1.692,00
143	Liraglutida 6 mg/ml - sistema de aplicação descartável -3 ml	CN	12	350,80	4.209,60
144	Loratadina 10mg	CP	50.000	0,08	4.000,00
145	Loratadina xarope 1 mg/ml – frasco 100mL	FR	1.600	2,53	4.048,00
146	Losartana potássica 100mg	CP	60.000	1,6206	97.236,00
147	Metildopa 250mg	CP	28.000	0,34	9.520,00
148	Metoclopramida, Cloridrato de - 10mg	CP	32.000	0,14	4.480,00
149	Metoclopramida, Cloridrato de - 4 mg/ml -gotas frasco 10mL	FR	300	1,38	414,00
150	Metoprolol, Succinato de - 25mg	CP	30.000	0,21	6.300,00
151	Metoprolol, Succinato de - 50mg	CP	30.000	1,5666	46.998,00
152	Metoprolol, Succinato de- 100mg	CP	20.000	2,5676	51.352,00

153	Metronidazol 250mg	CP	10.000	0,18	1.800,00
154	Metronidazol 100mg/g - geleia vaginal - 50g	TB	200	6,18	1.236,00
155	Metronidazol 40 mg/ml - suspensão oral - frasco 120mL	FR	100	9,76	976,00
156	Mirtazapina 15mg - comprimido orodispersível	CP	3.000	0,50	1.500,00
157	Mirtazapina 30mg - comprimido orodispersível	CP	3.000	0,61	1.830,00
158	Multivitaminas e Sais Minerais - Blisters com 20 ou 30 comprimidos	CP	130.000	2,09	271.700,00
159	Neomicina, Sulfato de 5 mg/g + Bacitracina zíncica 250 UI/g - tubo 15g	TB	2.000	2,55	5.100,00
160	Nifedipino 20mg	CP	40.000	0,10	4.000,00
161	Nimesulida 100mg	CP	60.000	0,05	3.000,00
162	Nimodipino 30mg	CP	10.000	2,2473	22.473,00
163	Nistatina creme vaginal 100.000UI/4g - tubo 60g	TB	2.000	5,84	11.680,00
164	Nistatina suspensão oral 100.000 UI/ml - frasco 50mL	FR	300	5,69	1.707,00
165	Nitrofurantoína 100mg	CÁP	40.000	0,30	12.000,00
166	Norfloxacino 400mg	CP	10.000	2,5928	25.928,00
167	Óleo rico em canabidiol full spectrum 50 mg/ml - 30ml	FR	10	601,4233	6.014,23
168	Omeprazol 20mg	CÁP	250.000	0,05	12.500,00
169	Óxido de Zinco + Vitaminas A e D - pomada dermatológica - tubo 45g	TB	3.000	2,83	8.490,00
170	Paracetamol 200mg/mL solução oral gotas 15mL	FR	1.200	1,12	1.344,00
171	Paracetamol 500mg	CP	80.000	0,985	78.800,00
172	Pentoxifilina 400mg	CP	24.000	1,80	43.200,00
173	Permanganato de Potássio 100mg	CP	2.000	0,17	340,00
174	Permetrina 10mg/ml loção 60ml	FR	1.200	15,92	19.104,00
175	Pioglitazona 45mg	CP	2.000	5,2603	10.520,60
176	Pioglitazona 30mg	CP	2.000	2,39	4.780,00
177	Piroxicam 20mg	CÁP	30.000	1,049	31.470,00
178	Prednisolona, Fosfato sódico de - solução oral 3mg/mL - frasco 100mL	FR	1.200	37,24	44.688,00
179	Prednisona 20mg - Blisters com 10 comprimidos	CP	50.000	0,35	17.500,00
180	Prednisona 5mg - Blisters com 10 comprimidos	CP	30.000	0,06	1.800,00
181	Pregabalina 75mg	CÁP	50.000	0,16	8.000,00
182	Progesterona natural Micronizada 200mg - Via oral e vaginal	CÁP	3.500	1,58	5.530,00
183	Prometazina, Cloridrato de - 25mg	CP	30.000	1,83	54.900,00
184	Propafenona, Cloridrato de - 300mg	CP	10.000	0,52	5.200,00
185	Sertralina, Cloridrato de - 50mg	CP	120.000	0,11	13.200,00
186	Simeticona gotas 75mg/mL - frasco 15mL	FR	2.000	1,54	3.080,00

187	Solução otológica- 10mL - Fluocinolona acetonida 0,250mg + Sulfato de polimixina B 10.000UI + Neomicina base (como sulfato) 3,50mg + Cloridrato de lidocaína 20,00mg	FR	150	4,19	628,50
188	Sulfadiazina de prata 1% creme, tubo 30g	TB	300	8,00	2.400,00
189	Sulfametoxazol 200mg/5ml + Trimetoprima 40mg/5mL - suspensão oral - frasco 100mL	FR	100	3,56	356,00
190	Sulfametoxazol 400mg + Trimetoprima 80mg	CP	10.000	0,22	2.200,00
191	Sulfato ferroso 25mg Fe/ml - frasco 30mL	FR	500	1,54	770,00
192	Sulfato Ferroso 40mg	CP	70.000	0,04	2.800,00
193	Sulpirida 50mg	CÁP	15.000	0,70	10.500,00
194	Tiamazol 5mg	CP	5.000	0,24	1.200,00
195	Tiamazol 10mg	CP	15.000	0,46	6.900,00
196	Tiamina, Cloridrato de - 300mg	CP	40.000	0,22	8.800,00
197	Tobramicina 3 mg/ml - Colírio - 5ml	FR	200	4,34	868,00
198	Tramadol, Cloridrato de - 50mg	CÁP	50.000	0,15	7.500,00
199	Valproato de sódio - 50mg/ml - frasco 100mL	FR	600	5,90	3.540,00
200	Vedolizumabe 300mg	FR	6	26.105,86	156.635,16
201	Varfarina sódica 5mg	CP	15.000	0,11	1.650,00
202	Venlafaxina, cloridrato de - 75mg - cápsula de liberação prolongada	CÁP	60.000	3,36	201.600,00
203	Vitamina A e D - Retinol, Acetato de- 50000UI/ml + Colecalciferol- 10000UI/ml solução oral gotas - 10ml	FR	1.000	5,17	5.170,00
204	Vitamina D- Colecalciferol 10.000UI	CP/ CÁP	1.000	6,6575	6.657,50

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Depois de celebrada a Ata de Registro de Preços, a partir de que diversos Contratos serão feitos, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

11.1.1. A disciplina das infrações cometidas no procedimento licitatório deve observar o disposto no Edital de Licitação Pública.

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Detentor da Ata que:

11.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;

11.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.2.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- 11.2.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.2.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.2.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2.9.** Entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- 11.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.

11.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de Multa

11.4. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:

11.4.1. De 1% (um por cento), sobre o valor do empenho por dia na hipótese de atraso na entrega dos produtos.

11.4.2. Atraso superior há 3 (três) dias 5% sobre o valor do empenho.

11.4.3. Atraso superior há 10 (dez) dias multa de 10% do valor do empenho.

11.4.2. A ocorrência de atraso superior há 15 (quinze) dias, incidirá multa de 10% sobre o valor o empenho e extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido, nos percentuais estabelecidos abaixo:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
11.2.1.	20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada
11.2.2.	
11.2.3.	
11.2.4.	
11.2.5.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado
11.2.6.	
11.2.7.	
11.2.8.	
11.2.9.	

11.5.1. Na hipótese do subitem 11.2.1, a sanção de multa compensatória poderá atingir o percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

11.6. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

11.7. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

11.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Salto Grande, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.2.	impedimento pelo período de até dois anos
11.2.3.	impedimento pelo período de até três anos
11.2.4.	impedimento pelo período de até um ano

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

11.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.5.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
11.2.6. 11.2.7.	declaração de inidoneidade de até seis anos



11.2.8.

11.12. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 11.11 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Da Aplicação e do Cômputo da Sanção

11.13. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Processo Administrativo Sancionador

11.15 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo III do Decreto Municipal nº 2.487, de 14 de agosto de 2023.

12. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Amanda Lindolfo dos Santos

E-mail: licitacao.saltogrande@gmail.com

Telefone institucional: (14) 3378-9600

Salto Grande/SP, 23 de junho de 2025.

[Assinado no original]

Matheus Henrique Lobo de Oliveira
Diretor do Departamento Municipal de Saúde

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(USAR PREFERENCIALMENTE PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Referência:
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025.

À Ilustríssima Senhora Pregoeira da Prefeitura Municipal de Salto Grande-SP.

DADOS DO LICITANTE

Denominação:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Fone:
CNPJ:	e-mail:

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Banco:	
Agência:	Conta Corrente:

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

Nome:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:



CEP:	Fone:
CPF:	RG:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Cargo/Função:	
E-mail pessoal:	
E-mail institucional:	

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS.

[TABELA DOS ITENS GANHOS]

Item do Edital	Medicamento	Especificações (apresentação)	Marca/Modelo	Unid.	Qtd. Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
0X	De acordo com o Termo de Referência.	De acordo com o item 5 do Edital.	XX	XX	XX	XX,XX	XX,XX

[TABELA DOS ITENS GANHOS]

ATENÇÃO: AO FORMULAR AS PROPOSTAS NA PLATAFORMA, OBSERVE QUE OS ITENS ESTARÃO DUPLICADOS DEVIDO À RESERVA DE 25% DA QUANTIDADE DE CADA ITEM PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME CADASTRO NA BLL.

Valor Total: R\$.... (.....)

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Dos Prazos

a) O Prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura dos envelopes;

DECLARAÇÕES

(a) Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação;



(b) Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

(c) Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital).

Assinatura e identificação

(Representante legal/procurador da licitante)

(Nome/RG/CPF/Cargo-Função).

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº.X/2025

Objeto:

(Nome)....., portador do RG ° e CPF nº, representante legal da empresa

....., estabelecida à Rua..... nº,
.....(Bairro), na cidade de,

Estado de, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ nº,
interessada

em participar no Pregão Eletrônico nº X/2025, do Município de SALTO GRANDE/SP,
DECLARA que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº

....., cuja função/cargo é
.....
(sócio-administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice- Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, ou ainda a agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município, em conformidade com o inciso IV do Art. 14 da Lei 14.133/21.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos que os itens/produtos fornecidos serão recolhidos e substituídos, sem ônus para a municipalidade, caso sejam interditados pelas autoridades competentes e/ou não estejam de acordo com os padrões de qualidade exigidos

11) Declaramos, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que seguimos o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os quais declaro conhecer na íntegra, além dos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei

Federal nº 14.133/2021, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência neste procedimento licitatório [Em se tratando de ME/EPP que queira exercer tais direitos].

12) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: / Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob

n.º....., para ser o(a) responsável pela execução da Ata de Registro de Preços/contrato,

referente ao Pregão Eletrônico N° e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [...] /2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025

O **MUNICÍPIO DE SALTO GRANDE**, ESTADO DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ nº 46.211.686/0001-60, por intermédio do Senhor **MÁRIO LUCIANO ROSA**, seu Prefeito Municipal, no uso de suas competências legais, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o fornecedor [...], pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº [...], sediado na Rua/ Av. [...], nº [...], bairro [...], na cidade de [...], Estado de [...], neste ato representado pelo(a) Sr(a) [...], de CPF nº [...], conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante denominado **DETENTOR DA ATA**, resolvem firmar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 020/2025, Processo Administrativo nº 075/2025, de acordo com a classificação por ele alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 2487 de 14 de agosto de 2023.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de medicamentos industrializados, conforme consta no Item 1.1, "Especificações e quantidades", do Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação Pública nº 037/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item do Edital	Medicamento	Especificações (apresentação)	Marca/ Modelo	Unid.	Qtd. Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
0X	De acordo com o Termo de Referência.	De acordo com o item 5 do Edital.	XX	XX	XX	XX,XX	XX,XX

1.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Órgão Gerenciador e eventuais entidades

participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

1.5. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DESTE INSTRUMENTO

2.1. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação dos itens indicados no quadro acima, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº 020/2025, que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.2. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto Municipal nº 2.487, de 14 de agosto de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E PAGAMENTO

3.1. O valor total estimado para a presente ata de registro de preços é de **R\$ [...]**.

3.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Salto Grande mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento do objeto fornecido, e será creditado em nome da contratada em conta corrente por ela indicada, abaixo, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Termo de Referência, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo expedido pelo Gestor da Ata, mediante apresentação, aceitação e atesto do Gestor nos documentos hábeis de cobrança. O pagamento será efetuado por crédito na conta corrente que segue: **INSTITUIÇÃO: [...], AGÊNCIA: [...], CONTA: [...]**.

3.3. Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

3.4. A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Salto Grande.

3.5. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Salto Grande no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.6. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir de [...] / [...] / 2025 (inclusive), data de sua emissão, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado.

4.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO DO PREÇO REGISTRADO

5.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso

5.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

5.3.1. convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

5.3.2. liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele tentada;

5.3.3. convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

5.4. A ordem de classificação dos aderentes de preço que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

5.5.2. promover negociação com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito neste instrumento.

5.5.3. Não existindo aderentes de preço e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata este instrumento, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

5.6. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

5.6.1. proceder às negociações, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;

5.6.2. promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

5.6.3. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas neste instrumento, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

5.7. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

5.8. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - SUBSTITUIÇÃO DE MARCA OU MODELO DO PRODUTO REGISTRADO

6.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.2. A aceitação de que trata o subitem anterior deverá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

7.1.1. Publicar na imprensa oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

7.1.2. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

7.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

7.1.4. Emitir a autorização de fornecimento;

7.1.5. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

7.1.6. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

7.1.7. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observadas as condicionantes estabelecidas na legislação e neste instrumento;

7.1.8. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas neste instrumento.

7.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.2. São obrigações do DETENTOR DA ARP:

7.2.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.2. Responder no prazo de 02 (dois) dias, as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador.

7.2.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

7.2.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente

da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

7.2.5. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

7.2.6. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

7.2.7. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, o órgão gerenciador passa a ser designado como “Contratante” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

7.2.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

8.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

8.1.4. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei no 14.133/2021.

8.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

8.2.1. pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

8.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.2.3. em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

8.2.4. por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

8.2.5. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

CLÁUSULA NONA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ARP

9.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.1.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 02 (dois) dias úteis, após regular convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação fundamentada.

9.2. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.

9.3. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.

9.3.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, bem como a verificação de algum impedimento na forma da Lei;

9.4. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata, estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.5. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.



CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salto Grande/SP, [...] de [...] de 2025

MUNICIPIO DE SALTO GRANDE
MÁRIO LUCIANO ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA [...]
REPRESENTANTE [...]
DETENTOR DA ATA

TESTEMUNHAS:

Nome: [...]
CPF: [...]

Nome: [...]
CPF: [...]

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE SALTO GRANDE, inscrito no CNPJ sob o nº 46.211.686/0001-60, representado pelo Sr. MÁRIO LUCIANO ROSA

DETENTOR DA ATA: Empresa [...], inscrito no CNPJ sob o nº [...], representado pelo(a) Sr.(a.) [...].

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº [...]/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INDUSTRIALIZADOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos cientes de que:

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 11/2021 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por notificados para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Salto Grande/SP, [...] de [...] de 2025.



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO, RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO E RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELA CONTRATANTE:

Nome: Mário Luciano Rosa

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: [...]

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL QUE ASSINOU O AJUSTE PELO FORNECEDOR:

Nome: [...]

Cargo: [...]

CPF: [...]

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO/ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome: Matheus Henrique Lobo de Oliveira

Cargo: Diretor do Departamento Municipal de Saúde

CPF: [...]

Assinatura: _____

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscalização da ata

Nome: Lygia Maria Plixo de Oliveira

Cargo: Farmacêutica

CPF: [...]

Assinatura: _____

(*) – Conforme art. 2º, inciso III das Instruções nº 01/2020 do TCE-SP.